

- Extradicação activa
- Dupla incriminação na extradição e no mandado de detenção europeu
- Detenção e medidas de coacção nos processos de extradição e de entrega
- O mandado de detenção europeu na experiência portuguesa

COLEÇÃO OBRAS COLETIVAS

Temas de Extradicação e Entrega

Coordenador: Pedro Caeiro

2015

Eduardo Emanuel Dall'Agnol de Souza

João Pedro Lopes Costa

José Miguel Figueiredo

Miguel João Costa

Pedro Caeiro

Rafael Serra Oliveira

Sónia Fidalgo

ISBN 978-972-40-5792-7



GRUPO ALMEDINA


ALMEDINA

Temas de Extradicação e Entrega

2015

Pedro Caeiro (coord.)

Eduardo Emanuel Dall'Agnol de Souza/ Rafael Serra Oliveira

João Pedro Lopes Costa

José Miguel Figueiredo

Miguel João Costa

Pedro Caeiro/Sónia Fidalgo

OBRA
TEMAS DE EXTRADIÇÃO E ENTREGA

AUTOR
Pedro Caeiro (Coord.)

EDITOR
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA
FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
IMPRESSÃO E ACABAMENTO
DPS - Digital Printing Services

Fevereiro, 2015
DEPÓSITO LEGAL
388090/15

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objecto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

 | GRUPOALMEDINA
ALMEDINA

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

TEMAS DE EXTRADIÇÃO E ENTREGA

Temas de Extradicação e Entrega. – (Obras colectivas)
ISBN 978-972-40-5792-7

CDU 341

ÍNDICE

Apresentação <i>Pedro Caeiro</i>	7
A extradicação activa na Lei de Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal <i>José Miguel Figueiredo</i>	11
O princípio da dupla incriminação na extradicação <i>Miguel João Costa</i>	43
A dupla incriminação no mandado de detenção europeu e o verdadeiro alcance do seu controlo <i>João Pedro Lopes Costa</i>	81
Sobre a detenção e as medidas de coacção nos processos de extradicação e de entrega (em execução do mandado de detenção europeu) <i>Eduardo Emanuel Dall’Agnol de Souza / Rafael Serra Oliveira</i>	115
O mandado de detenção europeu na experiência portuguesa: tópicos da primeira década <i>Pedro Caeiro / Sónia Fidalgo</i>	159

Apresentação

Desunt manus poscentibus arvis

1. Este volume corresponde, na sua maior parte, a um projecto já antigo de publicar alguns dos melhores relatórios elaborados pelos meus alunos de mestrado no curso sobre extradição e entrega que lecciono desde 2008 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

A selecção dos trabalhos que deram origem aos primeiros quatro artigos, elaborados em anos lectivos diferentes, teve como critério principal – naturalmente – a qualidade científica, mas também a relevância teórica dos temas abordados, o interesse pragmático que estes podem despertar e o carácter inovador das ideias avançadas.

Trata-se de estudos que, apesar de *inaugurais*, foram amadurecidos pelo tempo e pela crítica. Como todos os projectos de relatório de mestrado, foram apresentados oralmente em sala de aula, beneficiando assim dos comentários e reflexões da pequena comunidade que aí construímos. Dessa forma, os alunos têm a possibilidade de melhorar o produto da sua investigação, que é depois submetido à avaliação na forma final de relatório escrito. Mas, neste caso, a discussão continuou para além desse momento, pois desafiei os (agora) autores a transformarem os seus relatórios em artigos publicáveis. Iniciou-se então um processo de reescrita dos textos, que fui recebendo e devolvendo, com sugestões e comentários, ao longo de mais de um ano (assim se explicando que os elementos de doutrina e de

jurisprudência posteriores a Agosto de 2013 só pontualmente possam ter sido levados em consideração).

A dificuldade da empresa aumentou porque, durante todo esse tempo, não pudemos reunir-nos uma única vez: o livro andou *sendo escrito* por três continentes, ao ritmo das vidas dos autores. Só a paciência e a determinação de todos permitiu que não abandonássemos a ideia.

2. A esse conjunto de textos acresce um artigo escrito por Sónia Fidalgo e por mim, baseado num original em língua inglesa sobre os primeiros cinco anos de vida do mandado de detenção europeu publicado em 2009. Pareceu-nos útil e oportuno traduzi-lo para português, actualizado, no décimo aniversário da lei nacional, projecto que correu, até certa altura, em paralelo; porém, dada a unidade temática, acabámos por nos decidir pela sua inserção neste volume.

3. O modo como o livro foi construído explica que não nos tenhamos preocupado com uma cobertura sistemática – ou, ao menos, distribuída de forma mais equilibrada – dos vários tópicos relevantes em matéria de extradição e entrega.

No primeiro artigo, José Miguel Figueiredo faz uma abordagem global da extradição activa, expondo o respectivo procedimento, relacionando-a com as bases de jurisdição onde pode assentar a pretensão punitiva do Estado e, por fim, ponderando a conveniência da introdução de um princípio de oportunidade como limite ao dever de pedir a extradição.

Miguel João Costa trata do princípio da dupla incriminação enquanto trave fundamental do direito da extradição “clássica”, dilucidando o seu fundamento e examinando o regime da sua aferição, para concluir pela possibilidade da respectiva flexibilização, em certas condições, de modo a satisfazer mais eficazmente o interesse na cooperação internacional.

Ainda no âmbito deste princípio, João Pedro Costa enquadra a abolição parcial do controlo da dupla incriminação no cenário mais vasto da cooperação penal europeia, relaciona-a com outros aspectos do mandado de detenção europeu, analisa os poderes do Estado de execução nos casos em que ela se aplica, para questionar, a final, o seu verdadeiro alcance.

Eduardo Dall’Agnol de Souza e Rafael Serra Oliveira ocupam-se da caracterização da – estranhamente pouco tratada – detenção nos procedimentos de extradição e entrega, analisando a sua verdadeira natureza,

as perplexidades que suscita o seu regime e propondo uma leitura capaz de o tornar compatível, ao menos em parte, com a Constituição.

Por último, no estudo que encerra o livro, faz-se uma avaliação da qualidade da transposição da Decisão-quadro sobre o mandado de detenção europeu para o direito português, identificando as virtudes e defeitos (reais ou tão-só aparentes) do resultado, e examina-se criticamente a jurisprudência que tem incidido sobre algumas das questões mais controversas que o mandado suscita.

Cada artigo é da responsabilidade exclusiva do(s) respectivo(s) autor(es), pelo que as salutares divergências de opinião que em alguns pontos se detectam não devem surpreender.

4. Para além do mérito científico de que estes textos possam revestir-se – e que não compete a mim, a partir deste momento, avaliar –, creio que o resultado da investigação levada a cabo por alunos universitários deve ser divulgado, porque é, também, uma forma de a academia prestar contas à comunidade. É este um dos lugares onde se encontra, límpido e inteiro, o *desempenho* das instituições e das pessoas que lhes dão vida.

A esse propósito, devemos um agradecimento sincero à Almedina, na pessoa do Eng.º Carlos Pinto, por ter acreditado desde o início num projecto composto, essencialmente, por primeiras publicações, sobretudo numa área especializada como a cooperação judiciária internacional em matéria penal.

Coimbra, 10 de Agosto de 2014.

Pedro Caetano

Nota: salvo indicação diversa, as espécies jurisprudenciais citadas encontram-se publicadas em <www.dgsi.pt>